



GOVERNO LULA PROPÕE ORÇAMENTO DE 2027 COM SUPERÁVIT DE R\$ 18,6 BI

Governo Lula propõe Orçamento de 2027 com superávit de R\$ 18,6 bi

Nesta segunda, Moretti reforçou o compromisso. "Temos toda a confiança de que conseguimos entregar o resultado cheio", afirmou. "Naturalmente, não é um percentual [de resultado] que nos deixe com a percepção de que o trabalho foi feito. Há muito a fazer ainda."

Essa seria uma mudança drástica em relação à postura adotada nos últimos anos, quando o Executivo fixou metas de déficit zero ou até superávit, mas acabou entregando resultados finais negativos. Além dos descontos, criticados por especialistas em finanças públicas, a equipe econômica perseguiu, na prática,

o piso da meta fiscal, sob a justificativa de que isso já era suficiente para cumprir as regras.

Agora, sob pressão para melhorar a trajetória da dívida pública -que alcançou o maior patamar em cinco anos e virou tema na campanha eleitoral-, o governo quer sinalizar um esforço fiscal mais forte. Por isso, tem enfatizado a promessa de buscar o centro da meta e entregar um superávit genuíno, sem recorrer a subterfúgios contábeis para sustentar as contas no azul.

A estratégia passa por uma maior liberdade para travar gastos em caso de frustração de receitas (o chamado contingenciamento). A ferramenta é capaz de reduzir o montante total de despesas do governo, di-

ferentemente do bloqueio, usado para acomodar o aumento de gastos obrigatórios, mas que não diminui a soma dos gastos.

Para ajudar nesse esforço, o governo conta com o acionamento de diferentes gatilhos do arcabouço fiscal, que vão segurar as despesas obrigatórias e abrir espaço para gastos discricionários, como ações de custeio e investimentos. Mais flexíveis, são essas ações que poderão ser congeladas para cumprir o centro da meta fiscal em caso de necessidade.

Cerca de R\$ 9 bilhões virão da regra que limitará a expansão de gastos com pessoal a 0,6% acima da inflação no ano que vem, em razão do déficit nas contas registrado em 2025.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Brasil diz aos EUA que tarifaço é injusto e discriminatório, e negociações devem continuar

Lula reclama de falta de controle na PF e atribui vazamentos a 'ala bolsonarista'

BTG/Nexus: Lula tem 37%, Flávio, 31%, e Augusto Cury sobe 9 pontos e marca 11% no 1º turno

Orçamento de 2027 terá aporte de R\$ 6 bilhões aos Correios



Dono do Pão de Açúcar diz que Justiça estipulou prazo para MP-SP apresentar provas sobre retirada de credores



NO MUNDO

Guerra no Irã expõe limites das Forças Armadas dos EUA

A guerra no Irã, que completou seis meses na sexta-feira (28), expôs limites da maior máquina militar da história, a operada pelos Estados Unidos.

A dinâmica do conflito desafiou o planejamento militar americano: Washington não só despejou explosivos em mais de 13 mil ataques à teocracia, mas teve de se defender em bases no Oriente Médio e apoiar aliados regionais contra a retaliação iraniana.

O plano presumido de Donald Trump, com a ajuda de Israel, era encerrar rapidamente a guerra com a destruição do comando político e militar do Irã. O país persa foi duramente golpeado, mas uma estrutura horizontal de decisões permitiu que ataques retaliatórios fossem disparados já no primeiro dia da guerra.

E assim continuaram, com Teerã também travando o trânsito no estreito de Hormuz. Trump decidiu



abandonar a política de ataques pontuais que vinha adotando desde julho em favor de renovada pressão econômica, segundo relatos, pela ineficácia e pelo alto custo.

O presidente negou haver problemas e ameaçou prender quem os divulgasse. Mas as dificuldades se acumularam. Na questão da munição, segundo a TV CBS e a agência Reuters, mísseis de longo alcance terra-terra como os do lançador ATACMS já foram exauridos. São munições caras, na casa de

R\$ 5 milhões cada uma.

Os números, claro, são secretos. Estimativas de institutos como o americano Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, na sigla em inglês) apontam que talvez um quarto dos estimados 4.500 mísseis de cruzeiro Tomahawk foi gasto. Ele custa quase R\$ 7 milhões a unidade. Segundo o Exército, até julho foram derrubados 1.200 mísseis e drones iranianos no conflito, a maioria com baterias Patriot.

Igor Gielow/Folhapress

Mundo precisa pensar no dia seguinte a Donald Trump, diz ex-conselheiro da ONU

Com a tutela americana sobre a Venezuela e o cerco cada vez mais intenso contra Cuba, os Estados Unidos de Donald Trump colocam em prática sua interpretação da doutrina Monroe, que hoje prega a hegemonia de Washington nas Américas, em especial na América Latina.

Para Marc Weller, ex-conselheiro da ONU que atuou na mediação de conflitos nos Bálcãs, no Sudão, na Síria e no Iêmen, a situação se complica pelo fato de que muitos governos de direita na América Latina apoiam Trump. Segundo ele, esses líderes descobrirão que isso significa "perder sua liberdade".

Para ele, também já é hora de olhar para o dia seguinte e se preparar para o que vai acontecer quando o americano deixar de novo

a Casa Branca. "O choque do retorno de Trump ao poder está passando", diz.

Weller, que é diretor do Centro de Governança Global e Segurança da Chatham House, famoso think tank britânico, esteve no Brasil para o Paraty Dialogues, evento de debates sobre multilateralismo organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Ele conversou com a Folha por telefone sobre as ações dos EUA no Oriente Médio, a ascensão da China como grande potência e o papel do Brasil no cenário internacional hoje.

Nenhum. Lembre-se de que mesmo os americanos tiveram que ir ao Conselho de Segurança da ONU para conferir alguma legitimidade ao Conselho da Paz.

Folhapress

Mortes no Nepal e China sobem para 919, e 4.793 estão desaparecidos



Pelo menos 903 pessoas morreram e 4.247 continuam desaparecidas no Nepal após o deslizamento na quarta-feira (26), em uma área próxima à fronteira com a China, informou nesta segunda-feira (31) a autoridade nepalesa responsável pela gestão de emergências.

A imprensa estatal chinesa já havia confirmado a morte de 16 pessoas no Tibete e o desaparecimento de 546 após o desastre de quarta, elevando o balanço total para 919 mortos e 4.793 desaparecidos.

De acordo com a mídia estatal chinesa, a enchente foi "causada pela instabilidade das geleiras sob os efeitos de longo prazo do

aquecimento global", acrescentando que se tratava de uma "nova e relevante característica dos desastres da criosfera" no planalto tibetano. Segundo a CCTV, cientistas chineses constataram que o deslizamento de lama vindo do lado nepalês levou de seis a sete minutos para chegar ao posto de fronteira de Gyirong.

Inicialmente, chegou-se a cogitar que o fenômeno tivesse sido provocado por um terremoto de magnitude 4,4. Segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos, porém, o tremor foi resultado da energia sísmica gerada pelo desmoronamento.

Cientistas alertaram que não se deve descrever a mudança climática como a

única causa imediata do colapso da geleira, mas disseram que o aumento das temperaturas e o derretimento do gelo provavelmente contribuíram para o desastre.

"As mudanças climáticas estão criando condições capazes de desestabilizar rochas e gelo em regiões de alta montanha", disse Simon Cox, cientista-chefe do programa Mountains to Sea, do Earth Sciences New Zealand.

O aquecimento pode reduzir a sustentação fornecida pelo gelo, aumentar a quantidade de água de degelo e alterar os padrões de congelamento, descongelamento e chuva, tornando grandes desabamentos mais prováveis em alguns locais, afirmou Cox.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da

abra
legal

ECONOMIA

Brasil diz aos EUA que tarifaço é injusto e discriminatório, e negociações devem continuar



Representantes do governo brasileiro disseram aos Estados Unidos nesta segunda-feira (31), na primeira negociação bilateral após o anúncio do tarifaço de julho, que o tratamento dispensado ao país pela Casa Branca é injusto e discriminatório.

Os ministros da Indústria, Márcio Elias Rosa, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmaram, na reunião virtual com Jamieson Greer, representante comercial da Casa Branca, "que o governo brasileiro não concorda com as medidas unilaterais impostas contra o país, que não são compatíveis com as regras multilaterais de comércio", segundo nota divulgada pelo governo Lula (PT).

Brasil e EUA concordaram em voltar a se reunir

em nível ministerial, em encontro ainda sem data, para revisar o progresso alcançado nas negociações bilaterais e nas reuniões de nível técnico que devem acontecer nas próximas semanas.

"O lado brasileiro reafirmou estar aberto ao diálogo com as autoridades norte-americanas, em linha com os históricos laços de amizade e de comércio mutuamente benéfico que marcam as relações entre os dois países", diz a nota assinada pelo Itamaraty e pelo ministério da Indústria. Segundo a chancelaria, as próximas reuniões de alto nível podem ser presenciais ou virtuais.

A parte brasileira não esperava grandes avanços a partir da reunião desta segunda, e cabe agora ver se as conversas avançam no nível técnico, segundo um

membro do governo ouvido pela reportagem. Para essa pessoa, o encontro ainda assim foi positivo por mostrar que os canais continuam funcionando, já que o governo brasileiro sempre insistiu nas negociações.

Como mostrou a Folha, o governo Lula teme uma espécie de tarifaço permanente caso o impasse com os americanos se prolongue.

Um auxiliar do presidente lembra que as barreiras comerciais sobre o aço e o alumínio implementadas em 2018, durante o primeiro mandato de Trump, não foram revogadas pelo sucessor, o democrata Joe Biden. O risco seria que as tarifas da Seção 301 implementadas em julho seguissem o mesmo caminho, com impactos ainda mais graves.

Folhapress

Governo avaliará impacto de fim 'taxa das blusinhas' para empresas a cada 6 meses, diz relatora

O presidente da comissão que discute a Medida Provisória que acaba com a "taxa das blusinhas", Reginaldo Lopes (PT-MG), e a relatora, Leila do Vôlei (PD-T-DF), afirmaram que Congresso Nacional e governo avaliarão periodicamente os impactos da isenção do tributo nas empresas brasileiras para verificar a necessidade de oferecer alguma compensação ao setor.

A princípio, esses efeitos devem ser avaliados a cada três meses, e depois, a cada seis, segundo informaram os dois nesta segunda-feira (31). A decisão foi comunicada após reunião com técnicos do governo Lula no Palácio do Planalto. A partir daí, a ideia é que o governo apresente um novo projeto de mitigação desses impactos para os setores afetados.

"Nós precisamos ter mais evidência técnica, mais dados. Então nós estamos construindo alguns instrumentos de avaliações de seis em seis meses desses impactos, e conversar com a Fazenda como discutir outras ações que possa ser

comprovado algum tipo de impacto econômico", disse Lopes.

A intenção é colocar o relatório para votação na comissão ainda nesta segunda. O texto, então, iria aos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado nesta terça-feira (1º) ou, no caso da última Casa, nesta quarta-feira (2).

O avanço da discussão da MP no Legislativo ocorre por conta de acordo firmado entre o presidente Lula (PT) e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) na semana passada. Em reunião, os três determinaram o andamento de pautas no Congresso para antes das eleições, entre elas, a taxa das blusinhas.

A MP deve ser aprovada até 8 de setembro ou perderá validade, o que resultaria na volta da cobrança de 20% de imposto federal para compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 258) às vésperas da eleição medida que seria impopular para a tentativa de reeleição do petista.

Folhapress

Orçamento de 2027 terá aporte de R\$ 6 bilhões aos Correios



O governo federal vai prever um aporte de R\$ 6 bilhões no caixa dos Correios em 2027, como parte do acordo de financiamento firmado pela estatal no fim de 2025 e do plano de reestruturação da empresa.

O valor será incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que será encaminhado ao Congresso Nacional nesta segunda-feira (31). A medida ocorre após a estatal registrar prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre de 2026.

A previsão do aporte foi confirmada em nota conjunta dos ministérios das Comunicações, da Gestão e Inovação em Serviços

Públicos e do Planejamento e Orçamento.

Segundo a nota, a previsão de R\$ 6 bilhões está relacionada às condições estabelecidas no contrato do empréstimo de R\$ 12 bilhões firmado pelos Correios com cinco bancos em dezembro de 2025.

O acordo prevê que a União deverá injetar pelo menos R\$ 6 bilhões para apoiar a execução do plano de reequilíbrio da estatal. O contrato estabelece que o recurso precisa estar disponível até o fim de 2027, mas permite que o governo defina o momento e a forma de distribuição do montante.

A operação de crédito foi realizada com garantia do Tesouro Nacional. Isso significa que, caso os Correios

não cumpram as obrigações financeiras, a União poderá ser acionada para honrar a dívida com as instituições credoras.

A inclusão do valor no PLOA representa a previsão orçamentária do recurso, mas não significa que os R\$ 6 bilhões serão necessariamente transferidos de uma só vez no início de 2027.

No sábado (29), os Correios divulgaram um balanço que apontou prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre e de R\$ 5,5 bilhões de janeiro a junho. Apesar de inferior em relação ao mesmo período de 2025, o prejuízo é cerca de 30% maior que o resultado negativo acumulado do primeiro semestre.

Wellton Máximo/ABR

POLÍTICA

Lula reclama de falta de controle na PF e atribui vazamentos a 'ala bolsonarista'



O presidente Lula (PT) tem reclamado a assessorias próximos sobre o que classifica como vazamentos seletivos de informações da investigação da Polícia Federal envolvendo seu filho, Fábio Luís Lula da Silva, por suspeita de tráfico de influência e corrupção.

O petista atribui a circulação de detalhes sobre depoimentos e relatórios da PF ao que chama de "ala bolsonarista" da corporação, numa referência a integrantes simpáticos ao grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), incluindo agentes que ocuparam cargos relevantes em sua gestão.

Lula estaria incomodado com o fato de as informações relativas ao caso estarem sendo divulgadas aos

poucos, em plena corrida eleitoral, o que entende como resultado de uma falta de controle da PF sobre seus servidores.

Fábio Luís, que ficou conhecido nacionalmente como Lulinha, está sendo investigado pela PF por suposto tráfico de influência. Ao ser sabatinado pela TV Globo na última quinta-feira (27), Lula afirmou que a Polícia Federal está "vazando coisas" sobre o caso para a imprensa. O presidente admitiu se tratar de um episódio que leva "suspeitas" para dentro de seu governo.

A publicização gradual de elementos do caso tornaria a reação de Lula e do governo mais custosa, na avaliação de auxiliares do presidente. Esse processo, segundo eles, gera desgastes sucessivos e cobranças

por explicações a cada nova reportagem sobre o tema.

Na avaliação do presidente e de interlocutores próximos, a retirada total do sigilo do caso poderia ser benéfica nesse cenário. Além de conter o desgaste, a revelação do conteúdo completo da investigação permitiria costurar uma resposta mais consistente e única e, então, tentar superar a questão.

Na avaliação de aliados do presidente, o ritmo dos vazamentos acaba ajudando opositores de Lula, pois, ao lançarem luz sobre suspeitas ligadas ao filho do presidente, deixam em segundo plano o escândalo que tem potencial de afetar a campanha do senador Flávio Bolsonaro: o caso Master.

Folhapress

STF marca julgamento de recurso de Eduardo Bolsonaro para setembro

O STF marcou para o período de 11 a 18 de setembro o julgamento do recurso apresentado pela DPU (Defensoria Pública da União) contra o cálculo da pena do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL). O caso será analisado em sessão virtual pela Primeira Turma.

Eduardo foi condenado em junho a quatro anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, pelo crime de coação no curso do processo. Segundo a Corte, ele atuou junto a autoridades dos Estados Unidos, incluindo o presidente Donald Trump, para pressionar por sanções contra ministros do STF e contra o Brasil, na tentativa de beneficiar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O recurso, do tipo embargos de declaração, foi protocolado em julho. A Defensoria não contesta os fatos da condenação, mas aponta uma contradição no acórdão.

Segundo a peça, os quatro ministros da Turma trataram declarações públicas de Eduardo como confissão

do crime ao fundamentar a condenação. O relator, Alexandre de Moraes, chegou a escrever que o próprio réu "confessou expressamente o delito" em entrevistas. Cristiano Zanin e Cármen Lúcia fizeram afirmações semelhantes. Flávio Dino usou o mesmo termo de forma mais pontual, ao tratar da intenção de cometer o crime.

Apesar disso, nenhum deles considerou a confissão, que serve como atenuante, no cálculo da pena. A Defensoria argumenta que a omissão contraria o Código Penal e a jurisprudência do STJ e do próprio STF sobre o tema.

Embargos de declaração servem para corrigir contradições ou omissões em uma decisão, não para rediscutir o mérito. Se a Turma acolher o pedido, a pena pode ser recalculada. Se rejeitar, a condenação de quatro anos e dois meses permanece, e o processo segue para a execução da pena.

Os votos serão depositados no sistema de julgamento virtual do STF até o dia 18 de setembro.

CNN

BTG/Nexus: Lula tem 37%, Flávio, 31%, e Augusto Cury sobe 9 pontos e marca 11% no 1º turno



O candidato à Presidência pelo Avante, Augusto Cury, alcançou 11% das intenções de voto no primeiro turno, segundo a pesquisa BTG/Nexus desta segunda-feira (31). O escritor e psiquiatra avançou nove pontos percentuais em relação ao último levantamento, quando aparecia com 2%.

O instituto analisou dois cenários de primeiro turno na pesquisa anterior, divulgada na última segunda-feira (24), e nesta rodada: um que não considera a candidatura do influenciador Pablo Marçal (PRTB) e outro que o inclui. Cury tinha os mesmos índices 2% na semana passada e 11% nesta em ambas as hipóteses.

Na simulação com

Marçal (3% das intenções de voto), o presidente Lula (PT) tem 37%, e o senador Flávio Bolsonaro (PL), 31% eles tinham no último levantamento, respectivamente, 40% e 34%. Ronaldo Caiado (PSD), ex-governador de Goiás, marca 6%, ante 5% na semana passada.

Renan Santos (Missão) mantém 3% das intenções de voto, e Romeu Zema (Novo), ex-governador de Minas Gerais, permanece com 2%. Samara Martins (UP) e Veterinário Wilson Grassi (Democrata) têm 1% cada.

Branco e nulos somam 3%, e 2% não souberam dizer ou não responderam. Os candidatos Rui Costa Pimenta (PCO), Hertz Dias (PSTU), Edmilson Costa (PCB) e Clariana Barão (DC) não pontuaram.

No cenário sem Marçal, Lula marca 39%, e Flávio, 33% eles tinham, respectivamente, 41% e 37% na última pesquisa. Caiado permanece com 5% das intenções de voto, e Renan Santos mantém 3%. Zema oscilou dois pontos percentuais e, nesta rodada, aparece com 1%, mesmo percentual de Samara Martins.

Branco e nulos somam 3%, e 3% não souberam dizer ou não responderam. Rui Costa Pimenta, Hertz Dias, Edmilson Costa, Clariana Barão e Veterinário Wilson Grassi não pontuaram nesta simulação.

A Nexus entrevistou por telefone 2.005 pessoas com 16 anos ou mais de todo o país entre sexta-feira (28) e domingo (30).

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Juros anulam superávit primário e dívida bruta vai a 82,5% do PIB, apontam dados do BC



Avanço do endividamento reflete custo de rolagem e limita espaço fiscal do governo. O setor público consolidado registrou um superávit primário de R\$ 1,4 bilhão em julho. O montante equivale a pouco mais de 1% da despesa mensal com juros nominais, evidenciando a restrição da política fiscal. O custo do endividamento estatal neutraliza o impacto positivo da arrecadação no período. Com a melhora nas operações de swap cambial, se observou uma contenção parcial nas despesas financeiras. Os juros nominais somaram R\$ 99 bilhões, refletindo a dinâmica das taxas vigentes. No acumulado de doze meses, o déficit nominal alcança 9,34% do Produto Interno Bruto. A conta final consolida o desempenho positivo do Governo Central e absorve o impacto negativo dos governos regionais e das empresas estatais. A evolução mensal da dívida bruta do governo geral no exercício de 2026, decorreu da apropriação de juros e das emissões líquidas. O indicador de solvência do país atingiu 82,5% do PIB. O avanço reflete diretamente o custo de rolagem do passivo e o efeito da retração do PIB nominal. Já a dívida líquida avançou para 69,1% do PIB sob o peso do déficit primário histórico.

IstoÉDinheiro

Global Products Solutions Latin América Indústria e Comércio S.A.												
CNPJ nº 03.977.536/0001-50												
A Global Products Solutions Latin América Indústria e Comércio S/A., é uma companhia que tem por objeto social a atividade de importação e exportação de produtos, por encomenda ou para venda direta; comercialização e distribuição de produtos para qualquer propósito, representação comercial e agenciamento de comércio de mercadorias em geral, dentre outros. Constituída em 02 de agosto de 2000 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliado no Brasil. O endereço registrado da companhia é						Alameda Rio Negro, 585 – 15 andar conj. 156 – Alphaville Centro Ind. e Empresarial – Barueri-SP. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Score, as quais atuam integralmente, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.						
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores em milhares de Reais)												
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado	
	2025	2024	2025	2024								
Ativo circulante					Saldos em 31/12/2023	12.735	668	(2.546)	-	10.857	52	10.909
Caixa e equivalentes de caixa	4.800	573	5.224	1.983	Lucro líquido do exercício	-	-	-	848	848	(32)	816
Contas a receber de clientes	34.239	19.782	34.787	26.609	Constituição da reserva legal	-	42	-	(42)	-	-	-
Estoques	8.000	7.271	8.261	7.271	Ajustes acumulados de conversão	-	-	3.293	-	3.293	(52)	3.241
Tributos a recuperar	1.939	1.238	2.533	1.784	Estorna da utilização da reserva legal	-	806	-	(806)	-	-	-
Partes relacionadas	15.330	1.715	15.266	1.715	Saldos em 31/12/2024	12.735	1.516	747	-	14.998	(32)	14.966
Outros ativos	596	1.023	1.747	1.049	Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.188	9.188	(33)	9.155
Total do ativo circulante	64.904	31.602	67.818	40.411	Constituição da reserva legal	-	518	-	(518)	-	-	-
Ativo não circulante					Ajustes acumulados de conversão	-	-	(1.888)	-	(1.888)	(144)	(2.032)
Impostos diferidos ativo	1.521	2.010	1.521	2.010	Distribuição Dividendos	-	-	-	(10.037)	(10.037)	-	(10.037)
Investimentos	2.712	4.555	-	-	Estorna da utilização da reserva legal	-	521	-	1.367	1.888	-	1.888
Imobilizado	3.368	3.122	3.382	3.134	Saldos em 31/12/2025	12.735	2.555	(1.141)	-	14.149	(209)	13.940
Intangível	109	53	109	53								
Total do ativo não circulante	7710	9.740	5.012	5.197	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS							
Total do ativo	72.614	41.342	72.830	45.608		Controladora	Consolidado				Controladora	Consolidado
						2025	2024	2025	2024		2025	2024
					Receita líquida	83.202	41.778	83.877	45.407	Juros sobre empréstimos	2.330	277
Passivo					Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(58.713)	(32.430)	(59.240)	(35.364)	Varições nos ativos e passivos operacionais		
Passivo circulante					Lucro bruto	24.489	9.349	24.637	10.044	Contas a receber	(14.769)	15.251
Empréstimos	16.961	10.286	16.963	10.286	Despesas (receitas) operacionais					Tributos a recuperar	(701)	1.622
Fornecedores e risco sacado	14.248	11.553	15.343	14.957	Despesas gerais e administrativas	(9.703)	(6.524)	(10.331)	(7.263)	Estoques	(729)	1.308
Obrigações tributárias	3.059	441	3.078	464	Resultado de equivalência patrimonial	(553)	(260)	-	-	Fornecedores e risco sacado	2.695	(18.851)
Obrigações trabalhistas	224	344	224	344	Outras receitas operacionais	1.617	889	1.617	889	Obrigações tributárias	2.618	(1.352)
Partes relacionadas	7.829	3.686	7.049	3.686	Lucros antes do resultado financeiro	15.850	3.454	15.923	3.670	Obrigações trabalhistas	(120)	(608)
Dividendos a pagar	10.987	-	11.076	-	Receitas financeiras	1.058	75	1.058	264	Impostos diferidos	489	1.564
Outros passivos	5.157	34	5.157	905	Despesas financeiras	(2.986)	(2.312)	(3.045)	(2.749)	Impostos pagos no exercício	(6.458)	(805)
Total do passivo circulante	58.465	26.344	58.890	30.642	Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.922	1.217	13.936	1.185	Outros passivos	4.410	(523)
Patrimônio líquido					IRPJ e CSLL – corrente	(4.734)	-	(4.781)	-	Outros ativos	427	1.177
Capital social	12.735	12.735	12.735	12.735	IRPJ e CSLL – diferido	-	(369)	-	(369)	Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	11.793	2.707
Reserva legal	2.555	1.516	2.555	1.516	Lucro líquido do exercício	9.188	848	9.155	816	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajustes avaliação Patrimonial	(1.141)	747	(1.141)	747	Atribuído a					Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.439)	(826)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	14.149	14.998	14.149	14.998	Acionistas controladores	-	-	9.188	848	Aporte em subsidiária no exterior	-	(931)
Participação de não controladores	-	-	(209)	(32)	Acionistas não controladores	-	-	(33)	(32)	Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.439)	(1.757)
Total do patrimônio líquido	14.149	14.998	13.940	14.966	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Total do passivo e patrimônio líquido	72.614	41.342	72.830	45.608		Controladora	Consolidado			Pagamento de empréstimos	(12.788)	(11.655)
						2025	2024	2025	2024	Captação de empréstimos	17.133	12.000
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES					Lucro líquido do exercício	9.188	848	9.155	816	Dividendos pagos	-	(1.062)
					Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					Partes relacionadas	(9.472)	323
					Depreciações e amortização	2.135	2.435	2.135	2.441	Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimento	(2.439)	(1.757)
Lucro líquido do exercício	9.188	848	9.155	816	Depreciação direito de uso	-	51	-	51	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(5.127)	(394)
Ajustes acumulados de conversão	(1.888)	3.293	(1.888)	3.241	Provisão Dividendos a Pagar	10.037	-	10.037	-	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.227	556
Resultado abrangente total do exercício	7.300	4.141	7.267	4.057	Resultado de equivalência patrimonial	553	260	-	-	Caixa e equivalentes de caixa		
Acionistas controladores	-	-	7.300	4.141	Perdas esperadas nos estoques	-	-	-	-	No início do exercício	573	17
Acionistas não controladores	-	-	(33)	(84)	Baixa de ativo imobilizado	-	53	-	53	No fim do exercício	4.800	573
					Reversão de provisão de PECLD	(312)	-	(312)	-	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.227	556
As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 29/05/2026. A Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis da Companhia e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis a entidades de pequeno e médio porte, especificamente à Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, conforme Resolução do CFC, número 1.148/2012.												
A DIRETORIA												
Mauro Faustino da Silva Junior - Vice-Presidente de Finanças						Claudemir Aparecido de Carvalho - Contador - CRC ISP193253/0-8						

Global Products Solutions Latin America Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 03.977.536/0001-50 - NIRE 35.300.491.483 ("Companhia")

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/12/2025

Data, Horário e Local: Em 31/12/2025, às 10hs, na sede da Companhia. Presença: A totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no final desta Ata. Mesa: Presidente: Sr. Genival Pereira de Brito Júnior; e Secretário: Mauro Faustino da Silva Junior. Convocação: Dispensada. Deliberações aprovadas: (i) aprovação das contas da Diretoria, o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado econômico da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme relatório e demonstrações financeiras anexas à presente Ata sob a forma de Anexo I e publicadas de acordo com o estabelecido nos artigos 133, §3º e 294, inciso III da Lei das Sociedades por Ações, bem como a destinação do resultado econômico da Companhia e (ii) a aprovação da distribuição de dividendos da Companhia. Nada mais. São Paulo, 31/12/2025. JUCESP nº 144.286/26-9 em 24/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Qualiciclo Agrícola S.A. CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35.300.557.743 - Sociedade por Ações Fechada

Edital de Convocação de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 9 de setembro de 2026

A acionista Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A., sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.069.113/0001-08, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, vem pela presente, convocar os senhores acionistas da Qualiciclo Agrícola S.A., sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.784.681/0001-87, com sede na Av. Mogi Mirim, nº 934, complemento 1002, bairro Boa Vista, no município de Limeira, no Estado de São Paulo, CEP 13.486-170 ("Companhia"), a se reunirem em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 9 de setembro de 2026, às 10:00, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: 1. Consignar a renúncia do Sr. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino ao cargo de Diretor da Companhia; 2. Eleger o Sr. Christophe Montenegro Moreira ao cargo de Diretor da Companhia; e 3. Autorização a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico até 4 de setembro de 2026. A Companhia realizará o envio do convite da plataforma Microsoft Teams em até 48 horas antes do horário de início da reunião a todos os acionistas. Ponta Grossa/PR, dias 1, 2 e 3 de setembro de 2026. Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A. p. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino. (01, 02 e 03/09/2026)

comercial@datamercantil.com.br

NW BRA S.A. CNPJ/MF 67.878.747/0001-18 - NIRE 35300697693

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20/07/2026

Data, Hora e Local: Em 20/07/2026, às 10hs, na sede. Convocação e Presença. Dispensada a convocação, em vista da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia. Mesa: Presidente: Maurício Pires Motta; e Secretário: Matheus Trinca Fernandes. Deliberações aprovadas: (i) a dissolução e liquidação da Companhia, nos termos dos artigos 136, inciso X, 206, inciso I, alínea "c" e 208 da Lei das S.A., ocorrendo a liquidação de maneira concomitante à dissolução, nesta data, com base em balanço patrimonial de encerramento da Companhia levantado em 20/07/2026, constante do Anexo I à presente ata ("Balanço de Encerramento"), tendo em vista que os acionistas da Companhia não têm mais interesse na continuidade dos negócios sociais e que a Companhia não tem quaisquer passivos, dívidas, obrigações ou responsabilidade com terceiros; (ii) a nomeação do liquidante e o responsável pela guarda dos livros e documentos da Companhia, nos termos do artigo 122, inciso VIII, e do artigo 208, caput, da Lei das S.A., elegendo-se para tais funções o Sr. Matheus Trinca Fernandes, brasileiro, administrador, o qual assume integralmente as atribuições inerentes ao cargo para o qual é nomeado, passando a ser

Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.									
CNPJ nº 61.376.737/0001-06									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.									
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023		2024	2023	
Circulante			Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.261.662	439.119	Contas a pagar	72.129	71.925	Receita operacional líquida	3.007.592	356.987	
Contas a receber	1.140	2.257	Obrigações tributárias e trabalhistas	38.615	64.695	(-) Custo de locação	(232.150)	(362.415)	
Estoques	3.877	60.901	Outra contas a pagar	137.521	137.521	(=) Lucro bruto	2.775.442	(5.428)	
Tributos a recuperar	897	-	Dividendos a pagar	44.802	178.925	(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Outros créditos	11.900	34.113	Provisão para demandas judiciais	14.999	14.999	Despesas administrativas	(955.980)	(875.639)	
	2.279.476	536.391		308.066	468.065	Outras receitas	50.847	4.171	
Não circulante			Patrimônio líquido			(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.870.308	(876.892)	
Imobilizado	-	-	Capital social	3.276.331	3.276.331	Receitas financeiras	186.737	113.142	
Depósitos judiciais	48.860	48.860	Prejuízos acumulados	(1.256.062)	(3.159.147)	Despesas financeiras	(3.231)	(4.535)	
	48.860	48.860		2.020.270	117.185	(=) Resultado financeiro líquido	183.506	108.607	
Total do ativo	2.328.336	585.250	Total do Passivo e patrimônio líquido	2.328.336	585.250	(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.053.814	(768.285)	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e os sócios aprovaram um plano de desinvestimento dos seus ativos, visando à liquidação gradativa de suas operações. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não há definição quanto ao prazo de conclusão desse processo. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando as avaliações realizadas pela Administração. 2. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e contemplando os entendimentos da			NBC/TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBC/TG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2026.						
			DIRETORIA						
			Ivan Peder Alois Glücksman - <i>Diretor presidente</i>						
			Renato Alois Andriani Grinberg - <i>Diretor</i>						
			Jeane Maria Araujo de Souza - <i>Contadora - CRC 1SP308277/0-5</i>						
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. , São Paulo – SP. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. Base para opinião com ressalva: Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais: Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R\$ 48.860, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que, apesar do lucro apurado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.888.085 (2023: prejuízo de R\$ 829.322), a Companhia permanece sujeita a eventos e condições descritos na referida nota que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à limitação de análise sobre os depósitos judiciais e ausência de conciliação de caixa e equivalente de caixa datado de 27 de agosto de 2026. Responsabilidades da Administração e da			governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC/TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à						
			DIRETORIA						
			Ivan Peder Alois Glücksman - <i>Diretor presidente</i>						
			Renato Alois Andriani Grinberg - <i>Diretor</i>						
			Jeane Maria Araujo de Souza - <i>Contadora - CRC 1SP308277/0-5</i>						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
							2024	2023	
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício							1.888.085	(829.322)	
Outros resultados abrangentes							-	-	
Total do resultado abrangente do exercício							1.888.085	(829.322)	
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
							Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022							3.276.331	(2.329.825)	946.506
Prejuízo do exercício							-	(829.322)	(829.322)
Saldos em 31/12/2023							3.276.331	(3.159.147)	117.185
Lucro líquido do exercício							-	1.888.085	1.888.085
Ajustes de exercícios anteriores							-	15.000	15.000
Saldos em 31/12/2024							3.276.331	(1.256.062)	2.020.270
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA									
							2024	2023	
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL							1.888.085	(829.322)	
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas							26.435	4.541	
Variação nos passivos operacionais:									
Impostos a recuperar							(897)	-	
Outros ativos							80.355	105.398	
Fornecedores							204	340	
Salários e encargos							(29.686)	20.258	
Impostos e contribuições							3.606	(9.565)	
Outros passivos							(26.435)	(54.541)	
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais							1.941.666	(762.891)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento									
Aquisição de participação em empresas							-	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento							-	-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento									
Dividendos pagos							(119.122)	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento							(119.122)	-	
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa									
							1.822.543	(762.891)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício							439.119	1.202.009	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício							2.261.662	439.119	
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa							1.822.544	(762.891)	
capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de agosto de 2026.									
BDO RCS			Diego Cavalcante Bastos						
Auditores Independentes SS Ltda.			Contador						
CRC 2 SP 013846/O-1			CRC 1 SP 292913/O-0						

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,181 / R\$ 5,1816 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1791 / R\$ 5,1811 *
Turismo - R\$ 5,2026 /
R\$ 5,3826
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: -0,28%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +1,00%
Pontos: 177.418
Volume financeiro:
R\$ 30,937 bilhões
Maiores altas: MRV ON
(+6,17%), Cyrela ON
(+5,52%), Fleury ON
(+4,29%)
Maiores baixas:
Embraer ON (-1,82%),
Minerva ON (-1,55%),
Suzano ON (-1,50%)
S&P 500 (Nova York):
-0,33%
Dow Jones (Nova York):
-0,7%
Nasdaq (Nova York):
-0,12%
CAC 40 (Paris): -0,79%
Dax 30 (Frankfurt):
-1,17%
Financial 100 (Lon-
dres): 0,29%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,14%
Hang Seng (Hong
Kong): -0,07%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,86%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,34%
Merval (Buenos Aires):
1,83%
IPC (México): -0,08%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%

INPC/IBGE
Abril 2026: 0,81%
Maio 2026: 0,65%
Junho 2026: 0,14%
Julho 2026: -0,01%

Score Latin América Consultoria e Promoções S.A.									
CNPJ nº 03.963.135/0001-40									
A Score Latin América Consultoria e Promoções S/A., é uma companhia que tem por objeto social a atividade de publicidade, propaganda, coordenação de campanhas publicitárias, promoção e ou produção de espetáculos artísticos, culturais e esportivos, dentre outros, constituída em 2 de agosto de 2000 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliado no Brasil. O endereço registrado na Companhia é Rua Iguatemi, 236, Loja 1, Itaim Bibi, São Paulo/SP. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Score, as quais atuam integradamente, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade deles serem atribuídos.									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores em milhares de Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total Controladora
	2025	2024	2025	2024					
Saldos em 31/12/2023									
Lucro líquido do exercício					5.856	1.171	-	-	7.027
Constituição da reserva de lucros					-	-	-	8.987	8.987
Saldos em 31/12/2024									
Lucro líquido do exercício					5.856	1.171	8.987	-	16.014
Constituição da reserva de lucros					-	-	-	3.551	3.551
Distribuição de dividendos					-	-	(12.538)	-	(12.538)
Saldos em 31/12/2025									
					5.856	1.171	-	-	7.027
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Receita líquida									
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados					100.529	76.595	102.210	76.595	
Lucro bruto					(87.262)	(54.838)	(88.155)	(54.838)	
Despesas (receitas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas					(7.240)	(7.847)	(7.556)	(7.847)	
Despesas comerciais					(601)	(230)	(601)	(230)	
Outras (despesas) receitas operacionais					68	2	68	2	
Resultado de equivalência patrimonial					240	-	-	-	
Lucros antes do result. financeiro									
Despesas financeiras					5.734	13.682	5.966	13.682	
Receitas financeiras					(473)	(505)	(473)	(505)	
Lucro antes do IRPJ e CSLL					119	19	119	19	
IRPJ e CSLL									
IRPJ e CSLL – Corrente					5.380	13.196	5.612	13.196	
IRPJ e CSLL – Diferido					(4.508)	(3.867)	(4.508)	(3.867)	
Lucro líquido do exercício					2.679	(342)	2.679	(342)	
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	3.551	8.987	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					3.551	8.987	3.715	8.987	
Depreciação e amortização					667	1.010	667	1.010	
Impostos diferidos					(1.463)	342	(1.463)	342	
Provisão para demandas judiciais					-	-	-	-	
Baixas do imobilizado					-	14	-	14	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987	3.715	8.987	
Acionista não controlador					-	-	164	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício									
Outros resultados abrangentes					3.551	8.987	3.715	8.987	
Resultado abrangente total do exercício									
Acionista controlador					3.551	8.987			

NEGÓCIOS

Dono do Pão de Açúcar diz que Justiça estipulou prazo para MP-SP apresentar provas sobre retirada de credores

O GPA, dono do Pão de Açúcar, comunicou nesta segunda-feira (31) que a Justiça concedeu prazo de cinco dias para que o MP-SP e os credores que impugnaram o plano de recuperação extrajudicial da companhia apresentem elementos concretos acerca de qualquer crédito que tenha sido indevidamente excluído do plano.

A decisão da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo, tomada na última sexta-feira (28), ocorre após manifestação do MP-SP apresentada nos autos do processo de recuperação extrajudicial pela não homologação imediata do plano na atual versão.

A companhia defendeu a legalidade do plano de recuperação extrajudicial e reiterou o pedido de homologação.

"Uma vez encerrado o contraditório, a companhia confia que todas as impugnações serão rejeitadas e o seu plano de recuperação



extrajudicial, aprovado com expressivo apoio dos credores, será homologado", afirmou a GPA em comunicado.

Na sexta-feira, o MP-SP (Ministério Público de São Paulo) se disse contrário ao plano alegando que a GPA criou um grupo de credores muito diverso e que não reflete a mesma identidade econômica.

No acordo que tenta costurar para resolver uma dívida de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, o GPA reuniu sob o mesmo plano credores financeiros, debênturistas, titulares de CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e CCBs (Cédulas de Crédito Bancário), além de bancos, fundos de investimento e credores

que aguardam a resolução de processos na Justiça.

O grupo é identificado como o dos "créditos quirografários não correntes", ou seja, credores sem garantia real que não integram a base de fornecedores do dia a dia do grupo. Para o MP, a legislação exige uma homogeneidade para casos de recuperação extrajudicial que reflita uma identidade econômica e jurídica para legitimar a votação de uma maioria dentro do plano.

Segundo o GPA, 57,4% dos detentores de dívida aceitaram o plano proposto. Eles representam o equivalente a R\$ 2,6 bilhões da dívida do grupo e podem garantir a aprovação do plano.

Folhapress

Governo notifica gigantes de vale-refeição por descumprir regras e permitir compra de bebida alcoólica

O Ministério do Trabalho notificou 115 empresas, incluindo gigantes do setor de vale-refeição, por descumprirem regras previstas em lei para a alimentação do trabalhador. A pasta prevê multas de até R\$ 50 mil pela violação.

Entre as infrações está a cobrança de taxas consideradas abusivas sobre os estabelecimentos comerciais que aceitam vale-refeição e alimentação, além da permissão do uso do cartão para compra de produtos como bebida alcoólica, itens de limpeza e ração para animais, ou seja, não relacionados com nutrição do trabalhador.

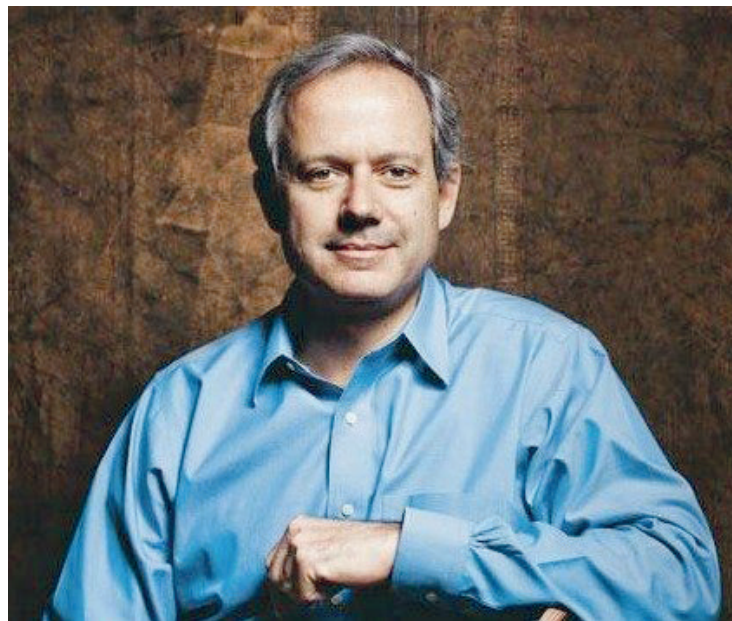
As quatro gigantes do setor de benefícios -VR, Alelo, Pluxee e Ticket Restaurante- foram autuadas na ação por infrações apontadas pela equipe do governo. Já entre os estabelecimentos

notificados há restaurantes, supermercados e empresas que concedem benefícios a funcionários.

Em notas enviadas por assessorias de imprensa, as quatro empresas confirmam o recebimento da notificação do ministério, dizem que prestarão os esclarecimentos necessários à pasta e defendem a própria atuação no âmbito do PAT.

A fiscalização do Ministério do Trabalho identificou descumprimento de decreto do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) publicado no fim de 2025, que estabeleceu limite de até 3,6% para taxas cobradas de restaurantes e supermercados por empresas de tíquetes, com redução de 30 para 15 dias no prazo para que os estabelecimentos recebam os pagamentos pelas transações.

Folhapress

CEO da Natura deixa cargo após dez anos, e Alessandro Carlucci assume companhia

A Natura informou nesta segunda-feira (31) que o diretor-presidente João Paulo Ferreira está deixando a empresa após dez anos de liderança. A saída será no dia 30 de setembro, e ele também renunciou à cadeira no conselho de administração, esta com efeito imediato.

"Após um exitoso ciclo de dez anos como CEO, João Paulo Ferreira deixará a companhia", afirmou a Natura em fato relevante. Ele é destacado pela empresa como o líder que a conduziu por importantes marcos, como a integração das operações da Avon e a expansão para mercados hispânicos, "triplicando a receita no período e mantendo sempre o propósito de transformar desafios socioambientais em oportunidade de negócios."

Ferreira também esteve à frente da empresa durante o complexo processo de simplificação de operações. A companhia perdeu espaço de mercado para concorrentes locais e internacionais, como o grupo O Boticário, e reportou lucro líquido 82% menor no segundo trimestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2025.

O cargo de CEO será ocupado por Alessandro Carlucci a partir de 1º de outubro, e ele está "atuando desde já em colaboração com João Paulo em uma transição sem rupturas", afirmou a empresa.

Por volta das 14h20, as ações tinham alta de 1,71%, a R\$ 8,89. Na máxima, chegaram a subir 9,04%, a R\$ 9,53. O Ibovespa, índice de referência do mercado acionário brasileiro na qual a Natura está listada, avançou

1,00%, a 177.423 pontos.

"O executivo já comandou a Natura como CEO entre 2005 e 2014 e reúne profundo conhecimento do modelo de negócios da companhia com vasta experiência recente adquirida em outras grandes organizações nos setores de consumo, varejo e comércio digital."

Para assumir o posto, Carlucci deixou a presidência do conselho de administração da companhia. Fábio Barbosa, membro do conselho consultivo, foi eleito conselheiro e presidente do colegiado, posição já ocupada por ele anteriormente. Ele foi responsável por liderar a estratégia de reorganização da estrutura de capital da Natura, segundo o fato relevante, e sua nomeação "seguirá para ratificação pelos acionistas na próxima Assembleia Geral".

Folhapress